

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arujá
CNPJ 58.488.073/0001-54

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

Ativo	2021			2020	
	Area de Educação	Area de Assistência Social	Area Saúde	Total da entidade	Total da entidade
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	375.184,61	-	375.184,61	253.106,56
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	67.041,42	3,10	-	67.044,52	126.374,12
Convênios a receber - com restrição	761.119,52	-	-	761.119,52	646.879,73
Adiantamentos	18.223,15	13.411,23	-	31.634,38	18.560,94
Despesas antecipadas	-	10.857,55	-	10.857,55	9.767,98
Impostos a Recuperar	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	846.384,09	399.456,49	-	1.245.840,58	1.054.689,33
Ativo não circulante					
Imobilizado	238.850,93	220.883,00	115.684,99	575.418,92	642.533,83
Total do ativo não circulante	238.850,93	220.883,00	115.684,99	575.418,92	642.533,83
Total do ativo	1.085.235,02	620.339,49	115.684,99	1.821.259,50	1.697.223,16

Passivo e Patrimônio Líquido	2021			2020	
	Area de Educação	Area de Assistência Social	Area Saúde	Total da entidade	Total da entidade
Passivo Circulante					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas - com restrição	128.743,58	427,58	-	129.171,16	84.331,24
Obrigações tributárias - com restrição	-	292,60	-	292,60	-
Convênios a executar - com restrição	792.104,79	-	-	792.104,79	737.926,72
Contas a pagar - com restrição	-	-	-	-	-
Contas a pagar - sem restrição		14.142,87		14.142,87	9.124,35
Doações vinculadas		13.361,73		13.361,73	
Total do Passivo circulante	920.848,37	28.224,78	-	949.073,15	831.382,31
Patrimônio Líquido					
Patrimônio Social	233.084,36	436.643,54	196.112,95	865.840,85	705.862,47
(Déficit) e Superávit do Período	(130.314,55)	88.409,33	48.250,72	6.345,50	159.978,38
Total do patrimônio líquido	102.769,81	525.052,87	244.363,67	872.186,35	865.840,85
Total do passivo e patrimônio líquido	1.023.618,18	553.277,65	244.363,67	1.821.259,50	1.697.223,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	2021			2020	
	Area de Educação	Area de Assistência Social	Area Saúde	Total da entidade	Total da entidade
Receitas operacionais					
Receitas com subvenções e convênios - com restrição	1.562.579,80	90.074,55	-	1.652.654,35	1.700.803,88
Contribuições e doações	58.585,94	108.425,16	49.523,54	216.534,64	238.347,87
Eventos, bazar e oficinas	70.766,31	131.216,48	59.337,93	261.320,72	153.301,27
Outras receitas	7.106,28	13.312,35	5.979,07	26.397,70	150,00
Isenção de contribuições sociais usufruída	98.630,72	184.767,72	82.986,10	366.384,54	349.464,42
Serviço voluntário	4.005,70	7.503,98	3.370,32	14.880,00	14.734,92
	1.699.038,33	343.028,54	114.840,54	2.538.171,95	2.456.802,36
Despesas operacionais					
Despesas com subvenções e convênios - com restrição	(1.699.308,98)	(107.692,90)	0,00	(1.807.001,88)	(1.642.061,64)
Despesa com pessoal, encargos e benefícios	(4.939,34)	(9.429,48)	(3.740,40)	(18.109,22)	(9.649,84)
Despesas administrativas e gerais	(61.759,61)	(93.128,21)	(42.624,58)	(197.512,40)	(145.013,25)
Despesas com serviços prestados	(12.672,20)	(23.463,72)	(10.585,61)	(46.721,53)	(52.171,60)
Despesas tributárias	(761,45)	(1.743,58)	(640,57)	(3.145,60)	(3.712,32)
Despesas com depreciação e amortização	(52.706,13)	(17.009,22)	(7.947,46)	(77.662,81)	(78.208,76)
Isenção de contribuições sociais usufruída	(98.630,73)	(184.767,72)	(82.986,10)	(366.384,55)	(345.464,42)
Serviço voluntário	(4.005,70)	(7.503,98)	(3.370,32)	(14.880,00)	(14.734,92)
	(1.832.147,71)	(252.467,11)	(65.538,62)	(2.531.417,99)	(2.291.016,75)
Resultado do período antes do resultado financeiro	(133.109,38)	90.561,43	49.301,92	6.753,96	165.785,61
Resultado Financeiro					
Rendimentos de aplicações financeiras	5.456,97	2.802,41	1.151,38	9.410,76	23.470,37
Despesas financeiras	(2.662,14)	(4.954,51)	(2.202,58)	(9.819,23)	(5.923,14)
	2.794,83	(2.152,10)	(1.051,20)	(408,47)	17.547,23
(Déficit) e Superávit do período	(130.314,55)	88.409,33	48.250,72	6.345,50	183.332,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020**
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	(Déficit) e Superávit do período	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	227.651,89	479.621,90	707.273,79
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Superavit do período		159.978,38	159.978,38
Ajuste exercício anterior	-	(1.411,32)	(1.411,32)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	227.651,89	638.188,96	865.840,85
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-
Superavit do período		6.345,50	6.345,50
Ajuste de exercício anterior			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	227.651,89	644.534,46	872.186,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Origens dos recursos		
Superávit do período	6.345,50	159.978,38
Depreciações	77.662,81	80.391,91
Ajustes de exercícios anteriores		-
Outros		-
Total das origens dos recursos	84.008,31	240.370,29
Aplicações dos recursos		
Ajustes de exercícios anteriores	-	1.411,32
Déficit do período		
Aquisições ativo imobilizado	10.547,90	32.305,93
Construções em Andamento	0,00	198.629,69
Total das aplicações dos recursos	10.547,90	232.346,94
Variação do capital circulante líquido	73.460,41	8.023,35

Demonstrativo do Capital Circulante Líquido				
	<u>Período anterior</u>	<u>Período Atual</u>	<u>Monetária</u>	<u>Percentual</u>
Ativo circulante	1.054.689,33	1.245.840,58	191.151,25	18,12%
Passivo circulante	831.382,31	949.073,15	117.690,84	14,16%
Capital circulante líquido	223.307,02	296.767,43	73.460,41	32,90%
Ativo circulante	960.114,15	1.054.689,33	94.575,18	9,85%
Passivo circulante	744.830,48	831.382,31	86.551,83	11,62%
Capital circulante líquido	215.283,67	223.307,02	8.023,35	3,73%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Método Indireto. - Nota 4 j.
(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) e Superávit dos períodos	6.345,50	159.978,38
<i>Ajustados por:</i>		
Depreciação e amortizações	77.662,81	41.939,94
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	(1.411,32)
Outros	0,00	0,00
(Déficit) e Superávit dos períodos ajustados	84.008,31	200.507,00
<i>(Aumentos) e diminuições em ativos</i>		
Convênios a receber - com restrição	(114.239,79)	(100.828,42)
Adiantamentos	288,29	17.128,53
Despesas antecipadas	(1.089,57)	2.211,75
Outros	(13.361,73)	
<i>Aumentos e (Diminuições) em passivos</i>		
Fornecedores	5.018,52	3.018,95
Obrigações trabalhistas - com restrição	45.121,52	(69.858,84)
Obrigações tributárias - com restrição	11,00	281,60
Convênios a executar - com restrição	54.178,07	153.110,12
Outros	13.361,73	0,00
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	73.296,35	205.570,69
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(10.547,90)	(192.483,65)
Fluxo de caixa (consumido) gerado pela atividades de investimento	(10.547,90)	(192.483,65)
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixa	62.748,45	13.087,04
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixas	379.480,68	366.393,64
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixa	62.748,45	13.087,04
Saldo final de caixa e equivalentes de caixas	442.229,13	379.480,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arujá

CNPJ 58.488.073/0001-54

Notas explicativas às demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020. *(Valores expressos em Reais)*

1.Contexto operacional:

APAE - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARUJA e uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, com fins filantrópicos, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n° 95.244 de 16/11/1987, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei n° 2.403 de 08.08/80, Título de Utilidade Público Municipal, conforme Lei n° 1.985 de 30.06.71, fundada em 27 de novembro de 1989, de caráter beneficente de assistência social, educacional e saúde. Tem como finalidade estatutária:


I - Cuidar dos problemas relacionados com o excepcional deficiente mental, físico, visual e auditivo, promovendo em favor de seu bem estar, proteção e ajustamento onde quer que ele se encontre, propugnando pela aplicação dos princípios contidos na Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente Mental e outras excepcionais.

II - Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

III - Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007 e a Lei n° 11.941/09, que alteraram artigos da Lei n° 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução n° 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução n° 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, e a Lei 12.868/2013.



As demonstrações contábeis de 2021, estão sendo apresentadas de forma segregada, conforme as áreas de atuação da APAE de Arujá (Educação, Social e Saúde), em atendimento ao item da Resolução do CFC nº 1.409/12.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbcitg 2000):

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil, contém o número de identificação dos lançamentos, relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos, e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Diário da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil e hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas contábeis adotadas:

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos ao insignificante risco de mudança de valor.

b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) **Ativos circulantes:** Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d) **O imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas abaixo na Nota 8 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

h) **Despesas e Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

i) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade, use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos anualmente.

j) **Demonstração do Fluxo de caixa:** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13, pelo método indireto.

l) **Recursos com restrição:** A contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos através de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas, nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

a. Recursos sem restrição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	2.745,00	2.973,67
Aplicações financeiras*	362.561,35	244.186,57
	<u>365.306,35</u>	<u>247.160,24</u>

b. Recursos com restrição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	3,10	3,10
Aplicações financeiras*	67.041,42	126.371,02
	<u>67.044,52</u>	<u>126.374,12</u>

*As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. Despesas antecipadas:

Refere-se ao pagamento de seguros que serão apropriados no resultado no exercício de 2021, conforme vigência das apólices contratadas.

7. Imobilizado

No ano de 2021, foi realizado o teste de impairment nos bens patrimoniais, e foi constatado, que a entidade, está dispensada de fazer reconhecimento da desvalorização dos bens.

Movimentação do custo (total da entidade):

	2020	2021			
	Saldo Final	Adições	Transf.	Baixas	Saldo Final
Imóveis	196.790,78	205.429,69			402.220,47
Terrenos	25.024,86				25.024,86
Instalações	15.782,77				15.782,77
Moveis e utensílios	114.403,63				114.403,63
Computadores e periféricas	91.797,04	4.433,90			96.230,94
Equipamentos de telecomunicações	2.330,92	6.159,38			8.490,30
Máquinas e equipamentos	141.885,51				141.885,51
Veículos	274.523,66				274.523,66
Total do Custo	862.539,17	216.022,97			1.078.562,14

Movimentação da depreciação (total da entidade):

	Taxa a.a.	2020	2021			
		Saldo Final	Adições	Transf.	Baixas	Saldo Final
Imóveis	4%	(47.916,33)	(8.555,61)			(56.471,94)
Instalações	10%	(12.070,96)	(1.287,36)			(13.358,32)
Moveis e utensílios	10%	(80.416,40)	(8.726,63)			(89.143,03)
Computadores e periféricas	20%	(68.323,09)	(7.256,21)			(75.579,30)
Equipamentos de telecomunicações	10%	(2.376,30)	(713,30)			(3.089,60)
Máquinas e equipamentos	10%	(70.691,62)	(12.913,84)			(83.605,46)
Veículos	20%	(143.640,33)	(38.209,86)			(181.850,19)
Total da depreciação		(425.435,03)	(77.662,81)			(503.097,84)

8. Passivo circulante e não-circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, do correspondente encargo incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

9. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

10. Resultado do período (déficit):

O superávit do período, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

11. Doações e Contribuições Recebidas

A Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, prevista no seu Estatuto Social.

Doações Pessoa Física	R\$ 15.887,25
Doações Pessoa Jurídica	R\$ 63.802,17
Doações Nota Fiscal Paulista	R\$ 105.799,67
Contribuições/Associados	R\$ 31.045,55
Total	R\$ 216.534,64

12. Convênios e Subvenções com Órgãos Públicos:

São recursos financeiros provenientes de convenio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados, estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A entidade recebeu no decorrer do período, as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Exercício	Governo	Atividade	Número do convênio/Nota	VI. Recebido (+) Rendimentos	VI. Realizado
			Empenho/proc		
2021	Estadual	Educação	1861/0057/2016	415.804,49	415.804,49
2021	Federal	Educação	MEC/PDDE	16.553,84	193,84
2021	Municipal	Educação	2827-07/06/2017	1.164.322,86	1.150.670,03
2021	Federal	Assist Social	Recurso 3093	238,90	90.313,45
				<u>1.596.726,25</u>	<u>1.656.981,81</u>

13. Imunidade tributária

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

a. Característica da imunidade

A APAE de Arujá é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

b. Característica da isenção

A única Lei Complementar que traz requisitos, para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão).

14. Isenção das contribuições sociais

A APAE é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13) e Regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14, cumpri os seguintes requisitos:

- i. Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- ii. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- iii. Apresente certidão negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- iv. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- v. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- vi. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- vii. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- viii. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida, for superior ao limite fixado pela Lei Complementar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm nº 123, de 14 de dezembro de 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm#art29

15. Atendimentos – Gratuidades Concedidas Área da Assistência Social para fins de CEBAS

A Entidade procedeu a inscrição junto ao CMAS conforme determina a Resolução CNAS no 16/2010, este procedimento e o reconhecimento público das ações realizadas pela Entidade, no âmbito da Política de Assistência Social. O CMAS juntamente com o órgão gestor da assistência, preencheu o formulário eletrônico do cadastro de entidade junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, nos termos da Portaria nº 403 de 28/06/2012, atendendo a determinação do artigo 40 da Lei no 12.101/09 e o Decreto no 7.237/10.

Os serviços de Assistência Social desenvolvidos pela entidade são de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, através da prestação de Serviços de proteção Social e da Defesa e garantia de Direitos, visando a proteção a situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, promovendo a autonomia, garantia de direitos, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos usuários, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto no 6.308/07, Resolução do CNAS no 109/09, Resolução CNAS no 16/10, Resolução CNAS no 34/11 e demais legislação que rege a Assistência Social, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentadas.

A Entidade possui vínculo a rede SUAS e para isso teve como requisitos:

I - presta serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;

II - quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

III - disponibiliza esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

15.1) Formalização dos projetos sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais, identifica no serviço: os objetivos do mesmo, origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS no 109/09 e Decreto no 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

15.2) Tipificação das ações assistenciais, custos envolvidos e forma de contabilização

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS no 109/09 e Decreto no 6.308/07, tipificou suas atividades de assistência social conforme quadro:

Serviço de proteção social especial média complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias

Gastos c/ Pessoal	R\$ 108.936,58
Despesas Administrativas	R\$ 73.684,83
Despesas c/ Terceiros	R\$ 23.463,72
Despesas Financeiras	R\$ 4.954,51
Despesas Tributárias	R\$ 1.743,58
Despesas Gerais	R\$ 44.638,40
Total	R\$ 257.421,62

Público alvo: Pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

A APAE de Arujá compõe a rede sócio assistencial do município, e esta referenciada nos serviços de proteção social, nesta perspectiva foram ofertadas Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência e suas famílias, dentro do que prevê as garantias de segurança afiançadas pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

15.3) Origem dos recursos para realização das ações assistenciais

A Entidade em atendimento Lei No. 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13) e Regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14e Resolução do CNAS no 16/10 para realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos, de acordo com o Art.55 do Estatuto Social para cumprimento de seus objetos sociais:

Receitas de Subvenções e Convênios	-
Contribuições e Doações	R\$ 108.425,16
Eventos	R\$ 16.200,66
Receita Financeira	R\$ 3.094,84
Outras	R\$ 127.796,84
Total	R\$ 255.517,50

16. Atendimentos – Gratuidades Concedidas Área da Saúde para fins de CEBAS

Os serviços de atenção a saúde, foram realizados com foco na habilitação e reabilitação neuro sensoriale motora, da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

O atendimento conta com equipe multiprofissional, que trabalha de forma individual e/ou grupal. Estes atendimentos têm por objetivo, contribuir na ampliação das potencialidades, independência, manutenção da qualidade de vida e inclusão dos atendidos.

No decorrer do ano foram atendidas em média 151 usuários/mês.

Os serviços de atenção a saúde, foram realizados por fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionista e psicólogos.

17)Atendimentos – Gratuidades Concedidas Área da Educação para fins de CEBAS

A proposta do trabalho escolar em 2021, teve como referência os Planos de Ensino, organizados em consonância com os conteúdos propostos pela Secretaria da Educação do Estado, LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, SE/CENP, PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), RCN (Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil).

Foram desenvolvidas ações para a promoção da Inclusão Escolar de alunos da Rede Regular através de Projetos Pedagógicos, materiais diversificados e parceria com as áreas da Assistência Social e Saúde.

17.1) Dos programas atendidos

a. Educação Infantil

A Educação Infantil desenvolveu o trabalho, com a oferta de Educação Pré-escolar, de 4 a 5 anos e 11 meses.

A Educação Infantil teve por objetivo, promover o desenvolvimento integral e o processo de aprendizagem da criança, de modo a ampliar suas perspectivas educacionais, sociais e culturais, bem como a melhoria da qualidade de vida pessoal, familiar e coletiva, evitar o surgimento de sequelas adicionais e minimizar o efeito de deficiências ou defasagens já existentes.


b. Ensino Fundamental

O programa dividiu-se em três níveis: Ensino Fundamental 1o ao 5o ano, Educação Especial para o Trabalho e Sócio Educacional, onde foram desenvolvidas as competências e habilidades de cada aluno, respeitando suas necessidades de apoio.

O Ensino Fundamental I – Modalidade da Educação Especial 06 a 14 anos e 11 meses encerrou o ano letivo com 52 alunos, e a partir de 15 anos, com 71 alunos regularmente matriculados.

c. Educação Especial para o Trabalho.


O objetivo da Educação Especial para o Trabalho e a inserção efetiva da pessoa com deficiência na sociedade por meio do trabalho. O processo de transição escola/trabalho, em síntese, se constitui de programas desenvolvidos em sala de aula, em setores operacionais na própria escola e em empresas da comunidade, com o objetivo de proporcionar aos educandos com deficiências, todas as oportunidades possíveis para aquisição de conhecimentos, informações e habilidades básicas ao mundo do trabalho.



18. Trabalho Voluntário:

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a APAE de Arujá reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado, está registrado em conta específica e reconhecida, na receita e na despesa.

Arujá, 31 de dezembro de 2021.


Maria Jose de Souza Nunes
Presidente


Donizetti Raimundo de Souza Neves
TC/Contador: CRC 1SP12095/0-3